



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
07/02/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 3

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
07/02/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 3

Aos sete dias do mês de fevereiro de dois mil e treze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Dr. Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alberto Filomeno Esteves Cascalho;
- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Pedro Miguel Vieira Maria da Silva;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:45 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

O Sr. Vereador Dr. António Manuel Jesus Ferreira dos Santos esteve ausente da presente reunião, fazendo-se substituir pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da lista do Partido Social Democrata, **Sr. Eng.º Pedro Miguel Vieira Maria da Silva**, conforme prevê o artº 79º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, republicada com as devidas alterações pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. REQ. N.º 2077/12 – PC N.º 447/06 – HOTEIS CRISTAL – EMPREENDIMENTOS TURISTICOS, S.A.
2. REQ. N.º 134/13 – PC N.º 358/12 – DEOLINDA RODRIGUES JERÓNIMO
3. REQ. N.º 143/13 – PC N.º 88/11 – EDUARDO GABRIEL DUARTE ANTÓNIO
4. REQ. N.º 123/13 – PC N.º 39/11 – JOSÉ TEOFILO CATARINO MARQUES

5. REQ. N.º 2114/12 – PC N.º 116/11 – ANTÓNIO MANUEL BOIÇA SANTOS.
6. REQ. N.º 300/12 – PC N.º 466/11 – CONCEIÇÃO JESUS VIEIRA
7. REQ. N.º 2554/11 – PC N.º 305/08 – CONCEIÇÃO JESUS FERREIRA VARALONGA RAINHO
8. REQ. N.º 1297/11 – PC N.º 646/07 – ADELINO DIONISO CLARA DA SILVA
9. REQ. N.º 164/13 – PC N.º 35/13 – LUSITANIAGÁS, S.A.
10. REQ. N.º 165/13 – PC N.º 36/13 – LUSITANIAGÁS, S.A.
11. OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO COM DOIS PAINÉIS PUBLICITÁRIOS E AFIXAÇÃO DE PUBLICIDADE DE NATUREZA COMERCIAL EM OUTDOOR E LONA – FALTA DE LICENCIAMENTO MUNICIPAL – PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO N.º 134/CO/2011 – INFRACTORA: COMUMSPACE, LDª. - REPOSIÇÃO DA LEGALIDADE VIOLADA – ORDEM DE REMOÇÃO – AUDIÊNCIA PRÉVIA – FALTA DE ALEGAÇÕES – DECISÃO FINAL – INUTILIDADE SUPERVENIENTE – ARQUIVAMENTO.
12. PEDIDO DE ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO “MANIA CAFÉ” NA MARINHA GRANDE
13. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA NO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE - ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ATENTA DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 28-12-2012
14. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 10 DO ARTIGO º 75 DA LEI N.º 66-B/2012 DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2013 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO CENTRALIZADA DAS COBRANÇAS INERENTES AO SISTEMA DE GESTÃO COMERCIAL MODULAR E INTEGRADO DE ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E RESPECTIVAS TRANSFERÊNCIAS PARA A ENTIDADE GESTORA
15. RESUMO DE TESOURARIA

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Falecimento do escultor Joaquim Correia

A Sr.^a Vereadora Dr.^a Cidália Ferreira informou que ontem faleceu o escultor Joaquim Correia, realizando-se o seu funeral amanhã, dia 8 de fevereiro, pelas 15:00 horas, tendo proposto o cumprimento de um minuto de silêncio e a aprovação de um voto de pesar.

O **Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho** interveio para fazer uma breve referência a esta circunstância, uma vez que o escultor Joaquim Correia foi uma figura importante não só a nível local mas também nacional, deixando uma obra considerável, devendo o seu nome ser perpetuado, pelo que à semelhança do que tem sido hábito, propõe que a Câmara remeta à comissão de toponímia uma proposta de atribuição do nome do escultor Joaquim Correia a uma rua da cidade.

Deste modo, e em memória do escultor Joaquim Correia, a Câmara Municipal observou um minuto de silêncio no início da sua reunião ordinária realizada hoje, colocou a bandeira do Município a meia haste, e aprovou, por unanimidade, o seguinte voto de pesar pelo desaparecimento deste ilustre marinhense:

VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE MESTRE JOAQUIM CORREIA

59 - Joaquim Correia nasceu na Marinha Grande a 26 de Julho de 1920, neto e filho de uma família de velhos Mestres Vidreiros.

Realizou os estudos primários na sua terra natal, tendo continuado os estudos secundários em Leiria.

Nesta cidade beneficiou do ensino e da convivência com um grupo excecional de professores-artistas dos quais destaca os escultores Luís Fernandes e Narciso Costa e os pintores Miguel Barrias e Lino António.

Em 1938 vai para Lisboa a fim de frequentar o curso superior de escultura na Escola Superior de Belas Artes onde, apesar das excelentes classificações obtidas nas provas artísticas, lhe foi negada a matrícula.

Em 1940 é admitido na Escola Superior de Belas Artes do Porto onde frequentou o 1º ano do Curso Superior de Escultura, concluindo os restantes anos do curso na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, onde foi discípulo do Prof. Escultor José Simões de Almeida (Sobrinho).

Completoou a sua formação de escultor nas oficinas dos Mestres Francisco Franco, Salvador Barata Foyo e António Duarte.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
07/02/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 3

Sócio efetivo da Sociedade Nacional de Belas Artes da Associação dos Arqueólogos Portugueses e da Sociedade de Geografia de Lisboa, tendo ainda presidido à comissão instaladora do Museu Nacional do Vidro.

Comendador da Ordem Militar de Sant'Lago de espada e "Des Arts et Lettres" de França.

É autor de numerosas estátuas, baixos-relevos e medalhas, que figuram em lugares públicos e privados em Portugal e no estrangeiro, estando representado nos Museus Nacionais de Arte Contemporânea de Lisboa, de Soares dos Reis no Porto, no Centro de Arte Moderna da Fundação Calouste Gulbenkian, e em várias coleções nacionais e estrangeiras.

Em 1997 doa uma parte da sua coleção particular para a criação do Museu Joaquim Correia, inaugurado em 5 de dezembro de 1997 na cidade da Marinha Grande.

Aos 92 anos, Mestre Escultor Joaquim Correia, um dos maiores expoentes no campo da criação artística do concelho, deixa-nos um valiosíssimo património artístico e cultural que estará para sempre ligado à história e à cultura da Marinha Grande.

Enquanto marinhenses muito lhe devemos, pelas obras que nos doou e que estão no seu Museu sendo um dos ex-libris da nossa terra, pelo que fez pelo Museu do Vidro e pela Casa Museu Afonso Lopes Vieira e por ter revelado sempre o seu amor pela arte, pela cultura e sobretudo por esta terra que o viu nascer.

O seu desaparecimento constitui uma enorme perda para a cidade da Marinha Grande, bem como para a arte e para a cultura portuguesa.

A Câmara Municipal de Marinha Grande, reunida em 07 de fevereiro de 2013, manifesta pesar pela sua morte e delibera enviar aos seus familiares sentidas condolências.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

A Câmara Municipal deliberou ainda, por unanimidade, propor à comissão de toponímia a atribuição do nome de Joaquim Correia a uma rua da freguesia da Marinha Grande e conceder entradas gratuitas a todos os visitantes, no Museu Joaquim Correia, durante um mês, como forma de homenagear e divulgar a obra do escultor.

- O **Sr. Presidente** solicitou a apreciação e votação, fora da ordem do dia, de dezoito processos de obras particulares, que identificou, o que foi por todos aceite, sendo os mesmos discutidos e votados após a votação dos processos de obras particulares incluídos na ordem do dia da presente reunião.

Apesar de não se opor à apreciação destes processos, o **Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira** alertou para o facto de os processos fora de agenda serem mais do que aqueles que estão agendados, pelo que entende que a sua preparação deverá ser

melhor planeada, de forma a que os Vereadores da oposição disponham de tempo suficiente para a sua análise.

- O **Sr. Presidente** solicitou ainda a apreciação, também fora da ordem do dia, de mais um assunto, que identificou, o que foi por todos aceite, pelo que o mesmo será discutido e votado após a conclusão da ordem do dia da presente reunião.

- **O Sr. Presidente prestou as seguintes informações:**

- ⇒ Numa próxima reunião o Dr. Manuel Lacerda, do Instituto da Água, virá à Marinha Grande para falar sobre as intervenções em S. Pedro de Moel. Para o 2.º semestre de 2013 está prevista a intervenção na Avenida Marginal da Praia da Vieira.
- ⇒ Antigas instalações da Dâmaso – o Clube Motard Motabout, de Vieira de Leiria, tem um prazo para celebrar a escritura, findo o qual, se a mesma não se realizar, o Administrador da Insolvência, Dr. António Cecílio, poderá pedir uma indemnização, regressando o processo à fase inicial. Todo o executivo concordou em que o Sr. Presidente peça ao referido advogado para que mantenha a Câmara informada do desenrolar do processo, uma vez que tem interesse no mesmo.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - REQ. N.º 2077/12 – PC N.º 447/06 – HOTEIS CRISTAL – EMPREENDIMENTOS TURISTICOS, S.A.

60 - Presente pedido de licenciamento referente às alterações efetuadas durante o decorrer da obra de construção do empreendimento turístico, aprovado por deliberação tomada em reunião de Câmara Municipal de 04/06/2009 e 28/10/2010.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual.

Presente informação técnica dos serviços de 23/01/2013 que atesta estarem os projetos das especialidades apresentados, aptos a merecer aprovação.

Após análise da pretensão, considerando o referido parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferi-la com os seguintes condicionalismos:

- 1. A emissão do alvará de construção depende da apresentação de projeto elétrico devidamente aprovado pelo Ministério da Economia**
- 2. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.**

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

- 1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12 na sua redação atual – RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2. Nos termos do art. 80.º-A do RJUE, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a Câmara Municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

2 - REQ. N.º 134/13 – PC N.º 358/12 – DEOLINDA RODRIGUES JERÓNIMO

61 - Presente pedido de licenciamento referente à alteração de um edifício destinado a armazém sito na Estrada do Fagundo, na freguesia e concelho da Marinha Grande, aprovado por deliberação tomada em reunião de Câmara Municipal realizada em 24/01/2013.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual.

Presente informação técnica dos serviços de 29/01/2013 que atesta estarem os projetos das especialidades apresentados, aptos a merecer aprovação.

Após análise da pretensão, considerando o referido parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir, com o seguinte condicionalismo:

- 1. Executar a totalidade dos trabalhos necessários ao bom acabamento da obra.**

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12 na sua redação atual – RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do art. 80.º-A do RJUE, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a Câmara Municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - REQ. N.º 143/13 – PC N.º 88/11 – EDUARDO GABRIEL DUARTE ANTÓNIO

62 - Presente Pedido de Licenciamento referente à “Legalização de moradia unifamiliar e muros de vedação” existente, localizada num prédio urbano sito no lugar de Amieira, freguesia de Marinha Grande, aprovado por deliberação tomada em reunião de Câmara Municipal realizada em 16/08/2012.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual.

Presente informação técnica dos serviços de 30/01/2013 que atesta estarem os projetos das especialidades apresentados, aptos a merecer aprovação.

Após análise da pretensão, considerando o referido parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuado de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 08/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.
2. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12 na sua redação atual – RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do art. 80.º-A do RJUE, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a Câmara Municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.
3. Nos termos do n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - REQ. N.º 123/13 – PC N.º 39/11 – JOSÉ TEOFILO CATARINO MARQUES

63 - Presente pedido de licenciamento referente à alteração de uso de “*Estabelecimento de bebidas*” para “*Estabelecimento de bebidas com espaço de dança*” existente, sito na Fração “C” de um edifício localizado na Rua da Maré Alta, Lugar de Praia da Vieira, Freguesia de Vieira de Leiria, aprovado por deliberação tomada em reunião de Câmara Municipal realizada em 18/10/2012.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual.

Presente informação técnica dos serviços de 24/01/2013 que atestam estarem os projetos das especialidades apresentados, aptos a merecer aprovação.

Após análise da pretensão, considerando os referidos pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. Cumprimento das exigências expressas no parecer da Autoridade de Saúde, transcritas no ofício nº 922/12, notificado ao requerente em 22/10/2012;
2. Execução de todos os trabalhos necessários ao bom acabamento da obra.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12 na sua redação atual – RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do art. 80.º-A do RJUE, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.
3. Nos termos do disposto no n.º 4 do art. 10.º do Decreto-Lei n.º 234/07, de 19/06, após emissão da autorização de utilização, deverá remeter à Câmara Municipal, com cópia à DGAE, declaração prévia prevista no n.º 1 do art. 11.º do mesmo diploma legal, elaborada e instruída de acordo com o modelo publicado em anexo à Portaria n.º 573/07, de 17/07;
4. A *“afixação e inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, industrial, artesanal ou liberal, independentemente do suporte utilizado para a sua divulgação, quando visíveis ou perceptíveis do espaço público”*, ficam sujeitas a licenciamento, nos termos do Artº 1º do Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público com Equipamento Mobiliário Urbano do Município da Marinha Grande;
5. Deverá ser dado cumprimento ao preceituado na legislação em vigor sobre o ruído.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Dr. Alberto Cascalho e Dr. Vítor Pereira.

5 - REQ. N.º 2114/12 – PC N.º 116/11 – ANTÓNIO MANUEL BOIÇA SANTOS.

64 - Presente requerimento n.º 2114/12, datado de 28/12/2012, constante do processo n.º 116/11, subscrito António Manuel Boiça dos Santos, NIF n.º 140481729, residente em Rua do Brejo do Pilado, n.º 18, lugar de Pilado, Freguesia de Marinha Grande, a solicitar licenciamento de obras de alteração e ampliação de edifício destinado a habitação e legalização de construções anexas, incidentes sobre um prédio, sito em Pinhal Manso, lugar de Pilado, Freguesia de Marinha Grande.

Presente informação técnica sobre o assunto, datada de 30/01/2013.

A Câmara Municipal analisou a pretensão, bem como a referida informação técnica que propõe o indeferimento do pedido, e concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes que se passam a reproduzir, delibera, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, notificar o requerente para dizer, por escrito, o que se lhe oferecer:

Os índices e parâmetros urbanísticos definidos para a operação urbanística pretendida são de acordo com o n.º 10 do art. 5.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande (Restante Área Urbana), os seguintes:

Índices/Parâmetros	Admissível	Verificado
Área da Parcela	-----	1.722m ²
Área Afeta ao Espaço Urbano/Urbanizável	-----	Aprox. 40m x 19m = 760m ²
Área Construção	-----	384,23m ² + 3,90m ² = 388,13m ²
Índice Construção Bruto	0,25	0,51
Densidade Habitacional Máxima	20 Fogos / ha	1 Fogo (existente/ampliado)
Cércea Máxima/Altura	2 Pisos / 6,50m	1 Piso / <6,50m
Estacionamento Habitação	1 Lugar/ Fogo	1 Lugar / Fogo
Estacionamento Comércio/Serviços	1 Lugar/100m ² Área Coberta	-----

Face ao quadro supra, o índice de construção bruto definido para o local, não se encontra cumprido tendo em conta a área do prédio afeta à classe do espaço urbano/urbanizável, integrado na delimitação do Aglomerado Urbano do Pilado.

A pretensão não se encontra, assim, apta a ser atendida, uma vez que nos termos da alínea a) do n.º 1 do art. 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, viola plano municipal de ordenamento do território, designadamente o índice de construção bruto constante dos parâmetros urbanísticos definidos no n.º 10 do art. 5.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande em vigor.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N.º 300/12 – PC N.º 466/11 – CONCEIÇÃO JESUS VIEIRA

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
07/02/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 3

65 - Presente requerimento n.º 300/12, datado de 06/02/2012, constante do processo n.º 466/11, subscrito por Conceição Jesus Vieira, NIF n.º 177565381, residente em Largo da República, n.º 60-A, Freguesia de Vieira de Leiria, a solicitar licenciamento (legalização) de construção de anexo de apoio ao edifício existente, incidente sobre um prédio sito em Rua da Foz, Freguesia de Vieira de Leiria.

Presente informação técnica sobre o assunto, datada de 09/01/2013.

A Câmara Municipal analisou a pretensão, e face às dúvidas levantadas delibera retirar o processo, para melhor análise.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N.º 2554/11 – PC N.º 305/08 – CONCEIÇÃO JESUS FERREIRA VARALONGA RAINHO

66 - Presente processo de licenciamento n.º 308/05, em nome de Conceição Jesus Vieira, com o NIF 177565381, Conceição Jesus Ferreira Varalunga Rainho, com o NIF n.º 166359807, residente em Rua do Lavrador, n.º 25, Freguesia de Amor, Concelho de Leiria, respeitante a licenciamento de construção de moradia e muros, incidente sobre um prédio sito em Rua das Rosas da Pedra de Cima, Freguesia de Marinha Grande;

Considerando que:

- A Câmara Municipal, em reunião de 12/08/2010, deliberou aprovar o respetivo projeto licenciamento;
- Na sequência de pedido da titular do processo, foi deferida a prorrogação do prazo, por mais um ano, para requerer a emissão do alvará que titula a aprovação urbanística objeto de licenciamento, condicionado ao prévio pagamento das taxas devidas pela apreciação do pedido de prorrogação, sob pena de extinção do pedido de prorrogação formulado;
- Essa decisão foi-lhe notificada, através do ofício n.º 156/12, datado de 16/02/2012, rececionado em 20/02/2012, tendo sido informada que o prazo concedido terminaria em 24/08/2012;
- Apesar desta decisão o titular do processo nunca solicitou a emissão de alvará, nem veio proceder ao pagamento da taxa mencionada;
- Através do ofício n.º 935/12 de 23/10/2012 rececionado em 25/10/2012 o interessado foi notificado do projeto de decisão de declaração de caducidade do respetivo licenciamento, por não ter sido requerido a emissão do alvará;
- Para o efeito foram-lhe fixados 30 dias sobre a data da receção da notificação para que se pronunciasse sobre o projeto de decisão, ou seja até 07/12/2012;
- Durante este prazo o titular do processo nada alegou;

A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo de um ano previsto no nº 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual –RJUE, sem que a titular (Conceição Jesus Ferreira Varalunga Rainho) do processo nº 305/08 tenha solicitado o respetivo alvará e tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo nº 5 do mesmo artigo e diploma, delibera, ao abrigo do referido no 2 do artigo 71.º, declarar a caducidade do licenciamento do projeto da construção de moradia e muros, incidente sobre um prédio sito em Rua das Rosas da Pedra de Cima, Freguesia de Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N.º 1297/11 – PC N.º 646/07 – ADELINO DIONISO CLARA DA SILVA

67 - Presente processo de licenciamento nº 646/07, em nome de Adelino Dioniso Clara Silva, com o NIF n.º120477149, residente em Rua José Loureiro Botas, n.º 18, Praia da Vieira, Freguesia de Vieira de Leiria, respeitante a licenciamento de construção de um edifício plurifamiliar e garagens, incidente sobre um prédio sito em Rua dos Vidreiros, Freguesia de Vieira de Leiria.

Considerando que:

- A Câmara Municipal, em reunião de 12/08/2010, deliberou aprovar o respetivo projeto licenciamento;
- Na sequência de pedido do titular do processo foi deferida a prorrogação do prazo, por mais um ano, para requerer a emissão do alvará que titula a aprovação urbanística objeto de licenciamento;
- Essa decisão foi-lhe regularmente notificada, através do ofício nº 776/11, de 02/09/2011, rececionado em 07-09-2011;
- Apesar desta decisão o titular do processo nunca solicitou a emissão de alvará;
- Através do ofício nº925/12, de 23/10/2012, rececionado em 25/10/2012, o interessado foi notificado do projeto de decisão de declaração de caducidade do respetivo licenciamento, por não ter sido requerido a emissão do alvará;
- Para o efeito foram-lhe fixados 30 dias sobre a data da receção da notificação para que se pronunciasse sobre o projeto de decisão, ou seja, até 07/12/2012;
- Durante este prazo o titular do processo nada alegou;

A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo de um ano previsto no nº 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual –RJUE, sem que o titular, Adelino Dioniso Clara

Silva, do processo nº 646/07 tenha solicitado o respetivo alvará e tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo nº 5 do mesmo artigo e diploma, delibera, ao abrigo do referido nº 2 do artigo 71.º, declarar a caducidade do licenciamento do projeto da construção de um edifício plurifamiliar e garagens, incidente sobre um prédio sito em Rua dos Vidreiros, Freguesia de Vieira de Leiria.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ. N.º 164/13 – PC N.º 35/13 – LUSITANIAGÁS, S.A.

68 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., para abertura de vala em diversas ruas do Concelho, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural designadamente Rua do Rego, Rua das Lagoínhas, Rua das Forçadas, Rua das Fontainhas, Rua do Corgo Sul, Largo na Av. José Gregório, Caminho da Amoreira, Rua Aníbal H. Abrantes, Travessa no Largo do Casal dos Ossos, Rua das Laranjeiras, Bairro Mariano, Rua das Heras, Rua dos Fetos, e arruamento que liga a Rua da Azinheira à Rua dos Fetos, Freguesia da Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 16/01/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir o pedido de ocupação da via pública para abertura de vala, em diversas ruas do Concelho, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural designadamente Rua do Rego, Rua das Lagoínhas, Rua das Forçadas, Rua das Fontainhas, Rua do Corgo Sul, Largo na Av. José Gregório, Caminho da Amoreira, Rua Aníbal H. Abrantes, Travessa no Largo do Casal dos Ossos, Rua das Laranjeiras, Bairro Mariano, Rua das Heras, Rua dos Fetos, e arruamento que liga a Rua da Azinheira à Rua dos Fetos, Freguesia da Marinha Grande com os seguintes condicionalismos:

- **Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra.**
- **Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Obras e Equipamentos Municipais, para acompanhamento da execução dos trabalhos.**

- Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQ. N.º 165/13 – PC N.º 36/13 – LUSITANIAGÁS, S.A.

69 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., para abertura de vala em diversas ruas do Concelho, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural designadamente Rua dos Oleiros, Rua do Pedrógão Grande, Rua do Douro Litoral, Travessa de Pedrógão Grande, Rua do Algarve, Rua de Alvaiázere, Rua da Estremadura, Travessa da Estremadura, Rua do Baixo Alentejo, Rua Vale Ribeira, Rua 49 (Rua do Alto Alentejo), Rua do Alto Douro, Rua Moinho da Amélia, Rua Soc. Desp. Cultural das Trutas, Rua da Manilharte, Rua do Jardim, Rua da Cabine, Travessa do Jardim, Rua Circular e Rua da Beira Baixa, Lugar de Trutas, Freguesia da Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 16/01/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir o pedido de ocupação da via pública para abertura de vala, em diversas ruas do Concelho, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural designadamente Rua dos Oleiros, Rua do Pedrógão Grande, Rua do Douro Litoral, Travessa de Pedrógão Grande, Rua do Algarve, Rua de Alvaiázere, Rua da Estremadura, Travessa da Estremadura, Rua do Baixo Alentejo, Rua Vale Ribeira, Rua 49 (Rua do Alto Alentejo), Rua do Alto Douro, Rua Moinho da Amélia, Rua Soc. Desp. Cultural das Trutas, Rua da Manilharte, Rua do Jardim, Rua da Cabine, Travessa do Jardim, Rua Circular e Rua da Beira Baixa, Lugar de Trutas, Freguesia da Marinha Grande com os seguintes condicionalismos:

- Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra.
- Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Obras e Equipamentos Municipais, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 07/02/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 3

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO COM DOIS PAINÉIS PUBLICITÁRIOS E AFIXAÇÃO DE PUBLICIDADE DE NATUREZA COMERCIAL EM OUTDOOR E LONA – FALTA DE LICENCIAMENTO MUNICIPAL – PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO N.º 134/CO/2011 – INFRACTORA: COMUMSPACE, LDª. - REPOSIÇÃO DA LEGALIDADE VIOLADA – ORDEM DE REMOÇÃO – AUDIÊNCIA PRÉVIA – FALTA DE ALEGAÇÕES – DECISÃO FINAL – INUTILIDADE SUPERVENIENTE – ARQUIVAMENTO.

70 - Esta Câmara Municipal em sua reunião de 01-03-2012 deliberou, nos termos e ao abrigo do disposto no art.º 18.º, n.ºs. 1 e 3 do Regulamento Municipal de Publicidade e Ocupação de Espaço Público com Equipamento e Mobiliário Urbano, conceder à infratora Comumspace, Ldª., com sede no Edifício Expotrade, Apartado 39, casal da Amieira, Batalha, o prazo de 10 dias úteis para proceder à remoção de todos os suportes publicitários (dois painéis de grandes dimensões e um outdoor com lona) dos locais onde se encontravam e que haviam sido instalados sem prévio e necessário licenciamento municipal, na Avª. Vítor Gallo, junto ao IEFP, na Avª. José Henriques Vareda, junto ao Minipreço e na Rua de Leiria, EN 242, Km 09+680, desta cidade de Marinha Grande.

Em 25-01-2013, a infratora Comumspace, Ldª., concluiu finalmente o processo de licenciamento dos dois painéis publicitários de grandes dimensões, com o pagamento das respetivas taxas de licenciamento, encontrando-se emitidos os alvarás n.ºs. 3/13 e 4/13, de 21-01-2013. Quanto ao outdoor com a lona a infratora procedeu à sua remoção há já algum tempo.

Encontra-se, pois, reposta a legalidade violada e que determinou a referida ordem de remoção.

A Câmara Municipal apreciou e constatando a inutilidade do prosseguimento da ordem de remoção dos equipamentos em causa, por os respetivos atos de ocupação de espaço público com os dois painéis publicitários de grandes dimensões já se encontrarem licenciados, delibera determinar o arquivamento do processo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - PEDIDO DE ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO “MANIA CAFÉ” NA MARINHA GRANDE

71 - Presente informação nº 01/AF de 01-02-2013, Gabinete de Atendimento ao Município que se passa a transcrever:

“Luis Vasco Franco, proprietário do estabelecimento de restauração e bebidas denominado “Mania Café”, sito na Marinha Grande, solicitou à Câmara Municipal autorização para o alargamento do horário de funcionamento a título excecional no dia 23 de fevereiro de 2013, das 2:00h às 3:00h, para comemoração do 10.º aniversário.

O n.º 1 do artigo 2.º do Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Concelho da Marinha Grande, permite que a Câmara Municipal possa alargar o período de funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais.

De acordo o mesmo artigo do referido Regulamento, a Câmara Municipal é obrigada a ouvir os Sindicatos, as Associações Patronais e as Associações de Consumidores sempre que haja uma pretensão de alargamento dos limites dos horários fixados.

Dispõe ainda o citado Regulamento que os alargamentos de horário apenas poderão ter lugar em localidade em que os interesses de certas actividades profissionais, nomeadamente ligadas ao turismo, o justifiquem, (cfr. alínea b) n.º1 art.2º).

Face ao exposto, foram elaborados os seguintes ofícios a solicitar parecer para o alargamento solicitado:

- *Registo de saída nº 467 de 31-01-2013 para a ACIMG - Associação de Comerciantes da Marinha Grande;*
- *Registo de saída nº 468 de 31-01-2013 para a DECO - Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor;*
- *Registo de saída nº 469 de 31-01-2013 - Sindicato da Indústria Hoteleira, Turismo, Restaurantes e Similares;*

Estão reunidos os requisitos previstos na norma regulamentar aludida, pelo que, neste momento aguardamos a emissão de parecer favorável das entidades supra identificadas.”

Presente pareceres das entidades consultadas ao abrigo do nº1 do artigo 2º do Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Concelho da Marinha Grande, ACIMG- Associação Comercial Industrial da Marinha Grande, DECO-Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor, Sindicato da Indústria Hoteleira, Turismo, Restaurantes e Similares do Centro, que se pronunciaram de modo favorável à pretensão do requerente. Porém todos eles alertam que devem ficar salvaguardadas a segurança e ordem pública, quer dos utentes dos estabelecimentos, quer da própria vizinhança.

A Câmara depois de analisar a informação nº 01/AF de 01-02-2013 e os referidos pareceres, delibera autorizar o alargamento do horário de funcionamento do Estabelecimento “Mania Café” das 2:00h às 3:00h, no dia 23 de Fevereiro de 2013.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**13 - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA NO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
DA MARINHA GRANDE - ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ATENTA
DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 28-12-2012**

Assunto retirado da ordem do dia.

**14 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 10 DO
ARTIGO º 75 DA LEI N.º 66-B/2012 DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O
ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2013 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
GESTÃO CENTRALIZADA DAS COBRANÇAS INERENTES AO SISTEMA DE GESTÃO
COMERCIAL MODULAR E INTEGRADO DE ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS
SÓLIDOS URBANOS E RESPECTIVAS TRANSFERÊNCIAS PARA A ENTIDADE GESTORA**

72 - A Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2013, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011 e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2013, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 10 do art.º 75 da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5.º do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as

devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3 – B/2010, de 28 de abril.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, foi publicada no Diário da República a Portaria 16/2013 de 17 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 75.º da Lei n.º 66–B/2012, de 31 de dezembro, e nos n.ºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31/dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro e Lei n.º 66–B/2012, de 31 de Dezembro.

Verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66 – B/2012, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, desde o orçamento de estado de 2011 e de 2012, de que o art.º 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Considerando que nos termos do n.º 10 do artigo 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos, preceituados nos n.ºs 4 e 5 do mesmo artigo:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 48/2011, de 26 de

agosto e 60-A/2011, de 30 de novembro, no artigo 20.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio e mantido em vigor pelo artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2013, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2013, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2012.

Presente a informação n.º 150/2013 e requisição interna n.º 9390 do serviço da DAM – Divisão de Administração e Modernização na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização de serviços de gestão centralizada das cobranças inerentes ao sistema de gestão comercial modular e integrado de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos e respetivas transferências para a entidade gestora, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 10 do art.º 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2013.

O procedimento a adoptar é o Ajuste Directo previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste em serviços de gestão centralizada das cobranças inerentes ao sistema de gestão comercial modular e integrado de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos e respetivas transferências para a entidade gestora, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que na presente data não é possível efectuar a demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, por a Portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei 64-B/2011 de 30 de Dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não ter sido publicada e que será esta que estabelecerá os termos e condições para a demonstração da mesma.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2013 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2013 e 2014 para a contratação de serviços de gestão centralizada das cobranças inerentes ao sistema de gestão comercial modular e

integrado de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos e respetivas transferências para a entidade gestora, na classificação orgânica/económica 03/020224, ação do PAM 2011/A/5.

Considerando que o preço base a aplicar é de 49.569,29 euros, a acrescer de IVA à taxa 23%, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 10%, atento contrato celebrado em 2012, conforme se atesta em documentação anexa e em cumprimento do preceituado no n.º 1 do art.º 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao contrato que se pretende celebrar para *“Prestação de serviços de gestão centralizada das cobranças inerentes ao sistema de gestão comercial modular e integrado de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos e respetivas transferências para a entidade gestora”*.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 28/12/2012, deliberou conceder autorização prévia genérica favorável à Câmara Municipal para a assunção de compromissos plurianuais em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e os preceitos estabelecidos nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 75º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de Dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de Dezembro, emitir parecer favorável à contratação da *“Prestação de Serviços de gestão Centralizada das Cobranças inerentes ao sistema de gestão comercial modular e integrado de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos e respetivas transferências para a entidade gestora”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
07/02/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 3

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia seis de fevereiro de dois mil e treze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **1.881.934,30 €** (um milhão, oitocentos e oitenta e um mil novecentos e trinta e quatro euros e trinta cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

73 - De acordo com o previsto no art.º 83º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Câmara delibera por unanimidade analisar os seguintes assuntos:

- 1. REQ. N.º 162/13 – PC N.º 267/09 – LUIS MANUEL ABREU PARREIRA**
- 2. REQ. N.º 159/13 – PC N.º 356/12 – SUPERVIEIRA – SUPERMERCADOS, LDA.**
- 3. REQ. N.º 39/13 – PC N.º 372/12– IMOPLASTIC – INDUSTRIA DE MOLDES E PLASTICOS, LDA.**
- 4. REQ. N.º 160/13 – PC N.º 154/12 – JEAN PIERRE GUY MILANO**
- 5. REQ. N.º 2106/12 – PC N.º 390/11 – FRANCISCO HENRIQUES MARQUES**
- 6. REQ. N.º 175/13 – PC N.º 68/12 –MATOSPLAS – INDUSTRIA DE PLASTICOS, S.A.**
- 7. REQ. N.º 2111/12 – PC N.º 82/11 – SONIA CATARINA TEIXEIRA SOARES**
- 8. REQ. N.º 2106/12 – PC N.º 229/12 – JOSE CONCEIÇÃO FERREIRA**
- 9. REQ. N.º 86/13 – PC N.º 12/12 – MARIA ISABEL ANGELINO DE SOUSA AVELINO**
- 10. REQ. N.º 1934/12 – PC N.º 314/12– MARIA HELENA MENDES VINAGRE SOUSA ARTILHEIRO**
- 11. REQ. N.º 1934/12 – PC N.º 314/12– JOÃO PEDRO GASPAR PEREIRA BRANCO**

12. REQ. N.º 158/13 – PC N.º 284/12 – HELGA MARGARIDA BERNARDO ROSA
13. REQ. N.º 2467/09 – PC N.º 482/06 – JOAQUIM DOMINGUES CRUZ
14. REQ. N.º 1142/10 – PC N.º 205/06 – EMPOGARCA-CONSTRUÇÕES DA GARCIA
15. REQ. N.º 2770/08 – PC N.º 731/00 – ANGELO PIEDADE BATISTA
16. REQ. N.º 54/10 – PC N.º 616/07 – CASA BLOCO – SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, LDA.
17. REQ. N.º 3801/08 – PC N.º 233/06 – MARCO JOEL LINO GASPAR.
18. REQ. N.º 382/10 – PC N.º 268/09 – ISABEL MARIA MARQUES PEREIRA
19. DESIGNAÇÃO DO JÚRI DE RECRUTAMENTO DOS CARGOS DIRIGENTES, NOS TERMOS DO N.º 1 DO ARTIGO 13.º DA LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - REQ. N.º 162/13 – PC N.º 267/09 – LUIS MANUEL ABREU PARREIRA

74 - Presente pedido de licenciamento referente à “*legalização da alteração e ampliação de habitação unifamiliar*” existente, apresentado por Luís Manuel Abreu Parreira, incidente sobre um prédio sito em Rua Gente da Vieira, Lugar de Vieira de Leiria, Freguesia de Vieira de Leiria, dispondo do seguinte antecedente:

- Processo Camarário n.º 330/1993, em nome de Luís Manuel Abreu Parreira, referente ao licenciamento da obra de “*Transformação de um bloco de 2 moradias em uma só habitação*”, levada a efeito ao abrigo do alvará de licença de construção n.º 833/1993, de 22/12.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 05/02/2013, que atesta a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do projeto de arquitetura apresentado, com determinadas condições.

Após a análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou:

Deferir com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, dos projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual.
2. Apresentação em igual período, de peça(s) gráfica(s) representativa(s) da alteração do material proposto para a cobertura do “barracão” a legalizar, pressupondo a utilização de telha cerâmica igual à utilizada na edificação principal (telha cerâmica do tipo “Lusa” de aba e canudo).
3. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.
4. Em futura intervenção a levar a efeito no arruamento, sendo necessário o recuo da frente da edificação confinante com a Rua Gente da Vieira, o proprietário fica comprometido, sem qualquer tipo de ônus, à concordância do alinhamento que vier a ser definido, conforme consta da respetiva declaração anexa ao processo.
5. A instalação do recetáculo postal domiciliário deverá ser efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.

Mais deliberou informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

2 - REQ. N.º 159/13 – PC N.º 356/12 – SUPERVIEIRA – SUPERMERCADOS, LDA.

75 - Presente pedido de licenciamento referente à obra de “*Alteração e ampliação de edifício comercial*” existente, localizado em Barqueiro, Lugar de Passagem, Freguesia de Vieira de Leiria, aprovado por deliberação tomada em reunião de Câmara Municipal realizada em 13/12/2012.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual.

Presente informação técnica dos serviços de 04/02/2013 que atesta estarem os projetos das especialidades apresentados, aptos a merecer aprovação.

Após análise da pretensão, considerando o referido parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferi-la com os seguintes condicionalismos:

1. A emissão do alvará de construção dependerá da apresentação do:
 - 1.1. Projeto elétrico devidamente aprovado pelo Ministério da Economia;
 - 1.2. Projeto de segurança contra incêndios devidamente aprovado pela Autoridade Nacional Proteção Civil.
2. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12 na sua redação atual – RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do art. 80.º-A do RJUE, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a Câmara Municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - REQ. N.º 39/13 – PC N.º 372/12– IMOPLASTIC – INDUSTRIA DE MOLDES E PLASTICOS, LDA.

76 - Presente pedido de licenciamento, apresentado por Imoplastic – Indústria de Moldes e Plásticos, Lda., referente à obra de ampliação de uma unidade industrial existente, localizada na Rua da Serração, Guarda Nova, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presentes projetos de arquitetura e de especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do artigo 20.º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (RJUE), publicado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual.

Presente informação técnica que atesta estarem os projetos de arquitetura e de especialidades apresentados aptos a merecerem aprovação.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal deliberou:

Deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

- 1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará de licença de construção, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2. A alteração da unidade industrial apresentada insere-se no procedimento de mera comunicação prévia, por força do disposto no n.º 5 do artigo 39º do Sistema de Indústria Responsável (SIR), publicado pelo Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de Agosto devendo a mesma ser apresentada, para efeitos do licenciamento da atividade industrial, à respetiva entidade coordenadora competente, de acordo com o disposto no artigo 33º do SIR.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - REQ. N.º 160/13 – PC N.º 154/12 – JEAN PIERRE GUY MILANO

77 - Presente pedido de licenciamento referente à “*Obra de construção de moradia e muros de vedação*”, incluindo a “*demolição de edificações existentes*”, localizada num prédio sito na Rua da Longa, Lugar de Passagem, Freguesia de Vieira de Leiria, aprovado por deliberação tomada em reunião de Câmara Municipal realizada em 04/10/2012.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual.

Presente informação técnica dos serviços de 04/02/2013 que atesta estarem os projetos das especialidades apresentados, aptos a merecer aprovação.

Após análise da pretensão, considerando o referido parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra, nomeadamente a execução de passeios e de remates das faixas de rodagem, na extensão total do prédio confinante com a Rua da Passagem e com a Rua da Longa.**
- 2. Os muros de vedação a executar pelo requerente, deverão ser em alvenaria, devidamente rebocados e pintados.**
- 3. A instalação do recetáculo postal domiciliário deve ser efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo**

Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.

4. Aquando do início da construção, após a abertura das fundações, deverá o requerente solicitar a deslocação dos serviços da fiscalização à obra, para verificação da sua implantação, sendo o registo dessa deslocação efetuado no respetivo livro de obra, por ser imprescindível para isenção de vistoria na futura concessão da respetiva autorização de utilização.
5. Assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12/03. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante do Anexo II.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12 na sua redação atual – RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do artigo 80.º-A do RJUE, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a Câmara Municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N.º 2106/12 – PC N.º 390/11 – FRANCISCO HENRIQUES MARQUES

78 - Presente pedido de licenciamento referente à obra de “*construção de um telheiro*” incluindo a “*demolição de edificação degradada*”, a levar a efeito num prédio urbano sito na Estrada da Garcia, Lugar de Cartaxo, Freguesia de Marinha Grande.

Presente Autorização de Utilização dos Recursos Hídricos n.º AUT-2012-1983, válida até 2014/11/08, emitida pela Agência Portuguesa do Ambiente, pelo facto de no prédio em causa se encontrar referenciada, na sua confrontação a Sul, uma “vala de esgoto”, sendo identificada na referida autorização de utilização, como “linha de água pluvial”.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 6/02/2013, que atesta a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do projeto de arquitetura apresentado, com determinadas condições.

Presente projeto de estabilidade, devidamente instruído com declaração de responsabilidade do seu autor, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, dispondo de parecer técnico dos serviços, datado de 06/02/2013, referindo que o mesmo se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos referidos, a Câmara Municipal deliberou:

Deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. **Apresentação de peça gráfica referente à “*Planta de Implantação*”, à escala 1:200, com indicação das dimensões e área do terreno, áreas das edificações existentes a manter, área da edificação existente a demolir, área do telheiro a construir, áreas totais finais (implantação e construção) das edificações no prédio.**
2. **Apresentação de “*Memória Descritiva e Justificativa*”, contendo a indicação das técnicas de demolição a utilizar, bem como o local de depósito dos entulhos resultantes da demolição da edificação pretendida, nos termos do disposto no n.º 13.º m) da Portaria n.º 232/2008, de 11/03.**
3. **Apresentação de “*Ficha Estatística*” contendo o preenchimento dos campos referentes à obra de demolição pretendida.**
4. **Cumprimento das “CONDIÇÕES GERAIS” constantes da Autorização de Utilização dos Recursos Hídricos n.º AUT-2012-1983, emitida pela Agência Portuguesa do Ambiente.**
5. **Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.**
6. **Aquando do início da construção, após a abertura das fundações, deverá o requerente solicitar a deslocação dos Serviços de Fiscalização à obra, para verificação da sua implantação, devendo no registo dessa deslocação no livro de obra, constar a verificação do afastamento da edificação à margem da “*linha de água pluvial*”, conforme indicado na Autorização de Utilização dos Recursos Hídricos n.º AUT-2012-1983, emitida pela Agência Portuguesa do Ambiente.**

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. **Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
2. **Nos termos do artigo 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a Câmara Municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando**

esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N.º 175/13 – PC N.º 68/12 – MATOSPLAS – INDUSTRIA DE PLASTICOS, S.A.

79 - Presente pedido de licenciamento referente à legalização de unidade industrial do tipo 2, apresentado por Matosplas – Industria de Plásticos, S.A., incidente sobre um prédio sito na Estrada da Nazaré, freguesia da Moita, concelho da Marinha Grande.

Presente projeto de arquitetura deferido em reunião de Câmara de 16/08/2012;

Presentes projetos de especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.

Presente informação técnica datada de 6 de fevereiro de 2013 que atesta estarem os projetos de especialidades apresentados aptos a merecer aprovação.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela foi exarado, a Câmara deliberou:

Deferir, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Execução de todos os arranjos exteriores tidos por necessários ao bom acabamento da obra.**

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

- 1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação atual, deverá requerer a emissão do respetivo alvará no prazo de um ano a contar da notificação, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2. A concessão da autorização de utilização depende da realização prévia de vistoria municipal, nos termos do n.º 6 do artigo 57º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N.º 2111/12 – PC N.º 82/11 – SONIA CATARINA TEIXEIRA SOARES

8o - Presente pedido de licenciamento de obras de alteração de estabelecimento comercial para instalação de estabelecimento de restauração e bebidas em fração autónoma de edifício de habitação e comércio, erigido em prédio urbano situado na Rua das Portas Verdes, Freguesia de Marinha Grande, aprovado por deliberação tomada em Reunião de Câmara Municipal realizada em 01/06/2011.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual.

Presente informação técnica dos serviços de 22/01/2013 que atesta estarem os projetos das especialidades apresentados, aptos a merecer aprovação.

Após análise da pretensão, considerando os referidos pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. **Cumprimento das exigências expressas no parecer da Autoridade de Saúde, transcritas no Ofício nº 461/11, notificado ao requerente em de 06/06/2011;**
2. **Execução de todos os trabalhos necessários ao bom acabamento da obra.**

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12 na sua redação atual – RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do artigo 80.º-A do RJUE, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a Câmara Municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.
3. Nos termos do disposto no artigo. 10.º do Decreto-Lei n.º 234/07, de 19/06, após emissão da autorização de utilização, deverá remeter à Câmara Municipal, com cópia à DGAE, declaração prévia prevista no n.º 1 do artigo 11.º do mesmo diploma legal, elaborada e instruída de acordo com o modelo publicado em anexo à Portaria n.º 573/07, de 17/07;
4. A *“afixação e inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, industrial, artesanal ou liberal, independentemente do suporte utilizado para a sua divulgação, quando visíveis ou perceptíveis do espaço público”*, ficam sujeitas a licenciamento, nos termos do Artº 1º do Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público com Equipamento Mobiliário Urbano do Município da Marinha Grande;

- 5. Deverá ser dado cumprimento ao preceituado na legislação em vigor sobre o ruído.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N.º 2106/12 – PC N.º 229/12 – JOSE CONCEIÇÃO FERREIRA

81 - Presente processo de licenciamento de alterações durante a execução de obras, para a instalação de um estabelecimento comercial, apresentado por José Conceição Ferreira na Rua da Boavista, n.º 22, Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica datada de 22 de janeiro que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura em condições de merecer aprovação;

Presente processo inicial, deferido em reunião de 6 de setembro de 2012, a que corresponde o alvará de obras de alteração n.º 102/12, emitido a 12 de outubro de 2012 e válido até 11 de abril de 2013;

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal deliberou:

Deferir as alterações apresentadas no âmbito do artigo 83.º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação atual.

Deliberou igualmente informar o requerente que se deverá deslocar aos serviços de atendimento e apoio administrativo da Câmara Municipal da Marinha Grande, munido do original do alvará de obras de alteração n.º 102/12 para que se possa proceder ao respetivo aditamento, nos termos do n.º 7 do artigo 27.º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ. N.º 86/13 – PC N.º 12/12 – MARIA ISABEL ANGELINO DE SOUSA AVELINO

82 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 86/13 de 16-01-2013, de Maria Isabel Angelino de Sousa Avelino, com o NIF 178492957, residente em Rua das Fontainhas, n.º 35, Comeira, Freguesia de Marinha Grande, titular do processo n.º 12/12, referente à legalização da alteração de moradia, a solicitar a autorização de utilização.

Presente parecer técnico datado 31-01-2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do

Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande – RMEUMG.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria às obras de legalização da moradia sita na rua das Fontainhas nº35, Comeira, Marinha Grande, propriedade de Maria Isabel Angelino de Sousa Avelino, residente em Rua das Fontainhas, n.º 35, Comeira, Freguesia de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- Engenheira Maria João Oliveira
- Arquiteto Ricardo Santos
- Fiscal Álvaro Letra

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQ. N.º 1934/12 – PC N.º 314/12– MARIA HELENA MENDES VINAGRE SOUSA ARTILHEIRO

83 - Presente requerimento n.º 1934/12, datado de 23/11/2012, constante do processo n.º 312/12, subscrito por Maria Helena Mendes Vinagre Sousa Artilheiro, NIF n.º 121103714, residente em Rua 10 de Junho, n.º 8, Freguesia de Moita, a solicitar licenciamento de demolição de edificação existente e construção de moradia, incidente sobre um prédio sito em Rua da Figueira do Gomes, n.º 18, Freguesia de Moita.

Presentes informações técnicas sobre o assunto, datadas de 03/12/2012 e 12/12/2012.

Analizada a pretensão, bem como as referidas informações técnicas, que propõem o indeferimento do pedido, a Câmara Municipal, concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes das mesmas, que se passam a reproduzir, delibera, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, notificar o requerente para, no prazo de 30 dias uteis, dizer, por escrito, o que se lhe oferecer:

A pretensão não se encontra, apta a ser atendida, atendendo ao teor do disposto no n.º 1 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, designadamente por violar normas legais e regulamentares em vigor, designadamente:

- a) Por prever impermeabilização de solo afeto à Reserva Agrícola Nacional, em violação do Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, artigo 21.º alínea d).
- b) Por não cumprir as características das escadas previstas no artigo 65.º n.º 1 a) e b) e n.º 3 da Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro, designadamente:
 - 1) Número de lanços consecutivos sem mudança de direção no percurso não superior a dois;
 - 2) Número de degraus por lanço compreendido entre 3 e 25;
 - 3) Em escadas curvas:
 - a) Declive constante;
 - b) Largura mínima dos cobertores dos degraus, medida a 0,6 m da face interior da escada, de 0,28 m;
 - c) Largura máxima dos cobertores dos degraus, medida na face exterior da escada, de 0,42 m.

Alerta-se para o facto de não estar a ser cumprido o disposto no artigo 1360.º do Código Civil, por prever janelas a menos de 1.50 m do prédio vizinho.

Não foram apresentados a totalidade dos elementos instrutórios constantes da proposta de saneamento liminar comunicada pelo ofício n.º 959/12, de 05 de novembro de 2012, nomeadamente:

- a) Termo de responsabilidade de coordenador dos projetos que ateste a compatibilidade entre os mesmos, conforme disposto no n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março.
- b) Adequação do projeto às disposições do Regulamento Técnico de SCIE – Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro

O pedido deve, ainda, ser revisto devendo ser apresentados os seguintes elementos:

- a) Planta de implantação à escala 1:200 ou superior, desenhada sobre levantamento topográfico do terreno e área envolvente numa extensão de 20m a contar dos limites do prédio, incluindo o arruamento de acesso, com indicação das dimensões e área do terreno, (inicial e final), área de cedência ao domínio público, áreas impermeabilizadas e respetivo material, com cotas altimétricas e planimétricas, contendo a delimitação do prédio na sua totalidade, a implantação do edifício projetado, incluindo corpos

balançados, escadas, varandas, cotados em relação às extremas, as construções existentes, maciços arbóreos, indicação dos lugares de estacionamento, sempre que estes não sejam criados no interior do edifício, indicação da localização dos contadores ou baterias de contadores e recetáculos postais, inscrição de todas as confrontações e ainda as condicionantes existentes, designadamente linhas de água e infraestruturas, prevendo, ainda, a construção de um passeio que dê continuidade ao passeio e muro da construção existente a nascente sul e no mesmo alinhamento, em toda a extensão do prédio contíguo com a rua da Figueira do Gomes.

- b) Plantas à escala 1:50 ou 1:100 contendo as dimensões e áreas e usos de todos os compartimentos, corretamente cotadas, incluindo cotas de nível dos pavimentos, bem como a representação do mobiliário fixo e equipamento sanitário, ao nível de cada piso, incluindo aproveitamento dos forros e outros espaços não habitáveis, sempre que se preveja o acesso aos mesmos.
- c) Plano de acessibilidade que corrobore o conteúdo da planta de arquitetura.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - REQ. N.º 1934/12 – PC N.º 314/12– JOÃO PEDRO GASPAR PEREIRA BRANCO

84 - Presente requerimento n.º 1767/12, datado de 26/10/2012, constante do processo n.º 91/12, subscrito por João Pedro Gaspar Pereira Branco, NIF n.º 224927973, residente em Rua da Charnequinha, n.º 14, Freguesia de Moita, a solicitar licenciamento obra de construção de moradia, telheiro para estacionamento automóvel e muros, incidente sobre um prédio sito em Rua da Lameira, Freguesia de Moita.

Presente informação técnica sobre o assunto, datada de 29/01/2013.

A Câmara Municipal analisou a pretensão, bem como a referida informação técnica que propõe o indeferimento do pedido, e concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes que se passam a reproduzir, deliberou, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, notificar o requerente para, no prazo de 30 dias úteis, dizer, por escrito, o que se lhe oferecer:

A pretensão não se encontra, apta a ser atendida, atendendo ao teor do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, designadamente por violar normais legais e regulamentares em vigor, nomeadamente:

- a) As condições patentes no Título de Autorização para Utilização dos Recursos Hídricos emitido pela ARH-Tejo, para edificar a garagem.
- b) Por violar as normas técnicas para melhoria de acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada, constantes do anexo do Decreto-Lei n.º 163/2006 de 08/08, Secção 2.5., pontos 2.5.1. 1) e 2.5.6, e Secção 2.9. ponto 2.9.4. 2).
- c) Por não se assegurar instrução, descrição ou justificação dos elementos descritos na alínea p) do n.º 1, alínea c) do n.º 3 e alíneas a), c), d), e), f), e h) do n.º 4, todos do n.º 11.º da Portaria n.º 232/2008, de 11 de março, quanto a:
 - 1) Plano de acessibilidades que apresente a rede de espaços e equipamentos acessíveis bem como soluções de detalhe métrico, técnico e construtivo, esclarecendo as soluções adotadas em matéria de acessibilidade a pessoas com deficiência e mobilidade condicionada (tipologias do art. 2.º do Decreto-Lei n.º 163/06, de 08/08), de acordo com o Art.º 56º do RMEUMMG - Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande – Regulamento n.º 449/2010, de 17 de maio;
 - 2) Alçados à escala 1:50 ou 1:100 com indicação das cores e dos materiais dos elementos que constituem as fachadas e a cobertura, bem como os as construções adjacentes, quando existam;
 - 3) Descrição e justificação da proposta para a edificação;
 - 4) Inserção urbana e paisagística da edificação referindo em especial a sua articulação com o edificado existente e o espaço público envolvente;
 - 5) Indicação da natureza e condições do terreno;
 - 6) Adequação às infraestruturas e redes existentes;
 - 7) Área de construção, volumetria, área de implantação, cêrcea;

Deliberou, ainda, notificar o requerente que não foram apresentados todos os elementos instrutórios constantes da proposta de saneamento liminar comunicada pelo ofício n.º 833/12, de 20 de novembro de 2012, encontrando-se, ainda, em falta outros, resultantes da introdução de mais uma operação urbanística, designadamente, pela inserção de pedido da alteração/legalização do edifício destinado a arrumos, designadamente:

- a) Descrição e justificação da proposta para a edificação;
- b) *Inserção urbana e paisagística da edificação referindo em especial a sua articulação com o edificado existente e o espaço público envolvente;*

- c) Indicação da natureza e condições do terreno;
- d) Adequação às infraestruturas e redes existentes;
- e) Área de construção, volumetria, área de implantação, cêrcea;
- f) Plantas à escala 1:50 ou 1:100 contendo as dimensões de todos os compartimentos, corretamente cotadas, incluindo cotas de nível dos pavimentos;
- g) Plano de acessibilidades que apresente a rede de espaços e equipamentos acessíveis bem como soluções de detalhe métrico, técnico e construtivo, esclarecendo as soluções adotadas em matéria de acessibilidade a pessoas com deficiência e mobilidade condicionada (tipologias do art. 2.º do Decreto-Lei n.º 163/06, de 08/08), de acordo com o Art.º 56º do RMEUMMG - Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande – Regulamento n.º 449/2010, de 17 de maio.

Deverá ser feita revisão ao projeto e ao conjunto de operações urbanísticas constantes do pedido, com vista à sua adequada formulação e instrução.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - REQ. N.º 158/13 – PC N.º 284/12– HELGA MARGARIDA BERNARDO ROSA

85 - Presente requerimento n.º 158/13, datado de 01/02/2013, constante do processo n.º 284/12, subscrito por Helga Margarida Bernardo Rosa, NIF n.º 198015763, residente em Rua Ilha do Corvo, n.º 3, 1º andar, Freguesia de Marinha Grande, a solicitar licenciamento de Alteração e ampliação de moradia, incidente sobre um prédio sito em Rua das Sorraipas, n.º 7, Amieirinha, Freguesia de Marinha Grande.

Presente informação técnica sobre o assunto, datada de 05/02/2013.

Analizada a pretensão, bem como a referida informação técnica que propõe o indeferimento do pedido, a Câmara Municipal concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes que se passam a reproduzir, delibera, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, notificar o requerente para dizer, por escrito, o que se lhe oferecer:

A pretensão não se encontra, apta a ser atendida, atendendo ao teor do disposto na alínea a) do n.º 1 do art. 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, por violar normas legais e regulamentares, nomeadamente, a alínea b) do n.º 1 do artigo 65º da Portaria 1532/2008, de 29 de dezembro - por apresentar lanço de escada com número de degraus inferior ao mínimo estabelecido no Regulamento Técnico de Segurança contra Incêndios em Edifícios, e Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
07/02/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 3

agosto - Secção 2.5. - por as rampas não observarem inclinações e valores indicados nas normas técnicas sobre acessibilidade.

Regista-se ainda que o Plano de Acessibilidade apresentado, componentes escritas e desenhadas, não se adequa à operação a realizar, às orientações contidas no artigo 56º do RMEUMMG - Regulamento n.º 449/2010, de 17 de maio, e às normas técnicas sobre acessibilidade constantes do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

13 - REQ. N.º 2467/09 – PC N.º 482/06 – JOAQUIM DOMINGUES CRUZ

86 - Presente projeto de licenciamento de construção de um edifício habitacional e comercial, a que foi atribuído o número de processo 482/06, incidente sobre um prédio sito em Cruzes, Freguesia e Concelho de Marinha Grande, apresentado por Joaquim Domingues Cruz, NIF n.º 159860334, residente no Largo Emídio Cruz, Cruzes fração F, 1º andar, Marinha Grande.

Presente requerimento n.º 2968, datado de 07/10/2008, subscrito pelo requerente supra identificado, a solicitar a prorrogação do prazo para requerer a emissão do alvará de construção, deferido por despacho do vereador datado de 29/10/2008.

Presente requerimento n.º 2467, datado de 22/09/2009, subscrito pelo requerente supra identificado, a solicitar a 2ª prorrogação do prazo para requerer a emissão do alvará de construção, deferido por despacho do vereador datado de 24/09/2009.

Presente informação técnica datada de 26/08/2011, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para solicitar a emissão do título da operação urbanística aprovada.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica que propõe a declaração de caducidade da licença para a realização da operação urbanística, e concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes que se passam a reproduzir, delibera, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, e do n.º 5 do artigo 71.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, notificar o requerente para, no prazo de 15 dias, dizer, por escrito, o que se lhe oferecer:

Face à ausência do pedido de emissão do alvará que titula a aprovação do projeto de licenciamento de um edifício habitacional, a que foi atribuído o número de processo 482/06, incidente sobre um prédio sito em Cruzes, Freguesia e Concelho de Marinha Grande, apresentado por Joaquim Domingues Cruz, NIF n.º 159860334,

residente no Largo Emídio Cruz, Cruzes fração F, 1.ª andar, Marinha Grande, no prazo que resultou da prorrogação concedida por despacho de 24/09/2009, estão reunidas as condições para ser declarada a caducidade da licença concedida por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal datada de 26/06/2008, ao abrigo do disposto no n.º 2 do art.º 72.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - REQ. N.º 1142/10 – PC N.205/06 – EMPOGARCA-CONSTRUÇOES DA GARCIA

87 - Presente projeto de licenciamento de construção de um edifício habitacional, garagens e muro, a que foi atribuído o número de processo 205/06, incidente sobre um prédio sito em Rua do Rego, Garcia, Freguesia e Concelho de Marinha Grande, apresentado por Empogarça – Construções da Garcia, NIF n.º 505971968, sede em Rua 3, n.º 58, Garcia, Marinha Grande.

Presente requerimento n.º 1180, datado de 12/05/2009, subscrito pelo requerente supra identificado, a solicitar a prorrogação do prazo para requerer a emissão do alvará de construção, deferido por despacho datado de 13/05/2009.

Presente requerimento n.º 1142, datado de 11/05/2010, subscrito pelo requerente supra identificado, a solicitar a 2.ª prorrogação do prazo para requerer a emissão do alvará de construção deferido por despacho datado de 21/05/2010.

Presente informação técnica datada de 26/08/2011, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para solicitar a emissão do título da operação urbanística aprovada.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica que propõe a declaração de caducidade da licença para a realização da operação urbanística, e concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes que se passam a reproduzir, delibera, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, e do n.º 5 do artigo 71.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, notificar o requerente para, no prazo de 15 dias, dizer, por escrito, o que se lhe oferecer:

Face à ausência do pedido de emissão do alvará que titula a aprovação do projeto de licenciamento de um edifício habitacional, garagens e muro, a que foi atribuído o n.º de processo 205/06, incidente sobre um prédio sito em Rua do Rego, Garcia, Freguesia e Concelho de Marinha Grande, apresentado por Empogarça –

Construções da Garcia, NIF n.º 505971968, sede em Rua 3, n.º 58, Garcia, Marinha Grande, no prazo que resultou da prorrogação concedida por despacho de 21/05/2010, estão reunidas as condições para ser declarada a caducidade da licença concedida por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal datada de 21/05/2010, ao abrigo do disposto no n.º 2 do art.º 72.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

15 - REQ. N.º 2770/08 – PC N.º 731/00 – ANGELO PIEDADE BATISTA

88 - Presente projeto de licenciamento de um edifício habitacional, a que foi atribuído o n.º de processo 731/00, incidente sobre um prédio sito em Rua Carlos Jesus Vareda, Picassinós, Freguesia e Concelho de Marinha Grande, apresentado por Ângelo Piedade Batista, NIF n.º 117888265, residente em Rua dos Fundadores, n.º 9, Picassinós, Marinha Grande.

Presente requerimento n.º 2770/08, datado de 16/09/2008, subscrito pelo requerente supra identificado, a solicitar a prorrogação do prazo para requerer a emissão do alvará de construção, aprovada por despacho do vereador, datado de 29/09/2008.

Presente informação técnica datada de 26/08/2011, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para solicitar a emissão do título da operação urbanística aprovada.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica que propõe a declaração de caducidade da licença para a realização da operação urbanística, e concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes que se passam a reproduzir, delibera, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, e do n.º 5 do artigo 71.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, notificar o requerente para, no prazo de 15 dias, dizer, por escrito, o que se lhe oferecer:

Face à ausência do pedido de emissão do alvará que titula a aprovação do projeto de licenciamento de um edifício habitacional a que foi atribuído o Número de processo 731/00, incidente sobre um prédio sito em Rua Carlos Jesus Vareda, Picassinós, Freguesia e Concelho de Marinha Grande, apresentado por Ângelo Piedade Batista, NIF n.º 117888265, residente em Rua dos Fundadores, n.º 9, Picassinós, Marinha Grande, no prazo que resultou da prorrogação concedida por despacho de 29/09/2008, estão reunidas as condições para ser declarada a caducidade da licença concedida por deliberação tomada na reunião de Câmara

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 07/02/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 3

Municipal datada de 26/06/2008, ao abrigo do disposto no n.º 2 do art.º 72.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

16 - REQ. N.º 54/10 – PC N.º 616/07 – CASA BLOCO – SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, LDA.

89 - Presente processo de licenciamento nº 616/07, CASABLOCO- SOCIEDADE CONSTRUÇÕES, LDA, com o NIF 504057375, sede em Rua de S. Pedro Moel n.º 141, 1º Esqº respeitante a licenciamento de construção de moradia unifamiliar, incidente sobre um prédio sito em Rua João Órfão Soares, Ordem, Marinha Grande.

Considerando que:

- O respetivo projeto licenciamento foi aprovado por despacho do vereador datado de 28/01/2009;
- Na sequência de pedido do titular do processo foi deferida a prorrogação do prazo, por mais um ano, para requerer a emissão do alvará que titula a aprovação urbanística objeto de licenciamento;
- Essa decisão foi-lhe notificada, através do ofício nº 53/10, de 19/01/2010 com aviso de receção;
- Apesar desta decisão o titular do processo nunca solicitou a emissão de alvará;
- Através do ofício nº 927/12 de 23/10/2012, rececionado em 25/10/2012, o interessado foi notificado do projeto de decisão de declaração de caducidade do respetivo licenciamento, por não ter sido requerido a emissão do alvará;
- Para o efeito foram-lhe fixados 30 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja até 07/12/2012;
- Durante este prazo o titular do processo nada alegou.

A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo de um de um ano previsto no nº 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, sem que o titular CASABLOCO- SOCIEDADE CONSTRUÇÕES, LDA do processo nº 616/07, tenha solicitado o respetivo alvará e tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo nº 5 do mesmo artigo e diploma, delibera, ao abrigo do referido no 2 do artigo 71.º, declarar a caducidade do licenciamento do projeto da construção sita em Rua João Órfão Soares, Ordem, Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - REQ. N.º 3801/08 – PC N.º 233/06 – MARCO JOEL LINO GASPAR.

90 - Presente processo de licenciamento nº 233/06, apresentado por Marco Joel Lino Gaspar, com o NIF 215663926, residente em Casa da Guarda, Casal da Lebre, Freguesia da Moita, respeitante a licenciamento de Moradia e muros, incidente sobre um prédio sito em Rua do Vale, Pero Neto, Freguesia e Concelho de Marinha Grande.

Considerando que:

- A Câmara Municipal, em reunião de 29/11/2007, deliberou deferir o respetivo projeto licenciamento;
- Na sequência de pedido do titular do processo foi deferida a prorrogação do prazo, por mais um ano, para requerer a emissão do alvará que titula a aprovação urbanística objeto de licenciamento;
- Essa decisão foi-lhe notificada, através do ofício nº 3/09, de 12/01/2009 rececionado a 19/01/2009;
- Apesar desta decisão o titular do processo nunca solicitou a emissão de alvará;
- Através do ofício nº 497/11 de 14/06/2011, rececionado em 17/06/2011, o interessado foi notificado do projeto de decisão de declaração de caducidade do respetivo licenciamento, por não ter sido requerido a emissão do alvará;
- Para o efeito foram-lhe fixados 15 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja até 08/07/2011;
- Durante este prazo o titular do processo nada alegou.

A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo de um previsto no nº 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, sem que o titular Marco Joel Lino Gaspar do processo nº 233/06, tenha solicitado o respetivo alvará e tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo nº 5 do mesmo artigo e diploma, delibera, ao abrigo do referido no 2 do artigo 71.º, declarar a caducidade do licenciamento do projeto da construção sita em Rua do Vale, Pero Neto, Freguesia e Concelho de Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

18 - REQ. N.º 382/10 – PC N.º 268/09 – ISABEL MARIA MARQUES PEREIRA

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
07/02/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 3

91 - Presente processo de licenciamento nº 268/09, apresentado por Isabel Maria Marques Pereira, com o NIF 209837292, residente em Praceta, 25 de Abril, Bloco 3 R/c Esqº, Casal Malta respeitante a licenciamento de obras de alteração para instalação de um estabelecimento de bebidas, incidente sobre a Fração A do edifício sito em Praceta Luís de Camões, Bloco P, n.º 9, R/c esq.º, Casal Malta freguesia e Concelho de Marinha Grande.

Considerando que:

- A Câmara Municipal, em reunião de 01/04/2010, deliberou deferir o respetivo projeto licenciamento;
- Apesar desta decisão o titular do processo nunca solicitou a emissão de alvará;
- Através do ofício nº 931/12 de 23/10/2012, rececionado em 26/10/2012, o interessado foi notificado do projeto de decisão de declaração de caducidade do respetivo licenciamento, por não ter sido requerido a emissão do alvará;
- Para o efeito foram-lhe fixados 30 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja até 10/12/2012;
- Durante este prazo o titular do processo nada alegou.

A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo de um ano previsto no nº 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, sem que o titular Isabel Maria Marques Pereira do processo nº 268/09, tenha solicitado o respetivo alvará e tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo nº 5 do mesmo artigo e diploma, delibera, ao abrigo do referido no 2 do artigo 71.º, declarar a caducidade do licenciamento do projeto de instalação de um estabelecimento de bebidas na Fração A, sita em Praceta Luís de Camões, Bloco P, n.º 9, R/c esq.º, Casal Malta freguesia e Concelho de Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

19 - DESIGNAÇÃO DO JÚRI DE RECRUTAMENTO DOS CARGOS DIRIGENTES, NOS TERMOS DO N.º 1 DO ARTIGO 13.º DA LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO.

92 - Em reunião de 10 de janeiro de 2013, a Câmara Municipal deliberou ao abrigo da competência estabelecida no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua redação atual, e alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, aprovar a abertura de procedimentos concursais tendentes ao provimento dos seguintes cargos de direção intermédia:

Cargo de direção intermédia de 2.º grau – Chefe de divisão, para as seguintes unidades orgânicas:

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
07/02/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 3

- Divisão Financeira e de Tecnologias de Informação;
- Divisão de Administração e Modernização;
- Divisão Jurídica e de Comunicação;
- Divisão de Ordenamento do Território;
- Divisão de Cidadania e Desenvolvimento;
- Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos.

Cargo de direção intermédia de 3.º grau – Chefe de unidade, para as seguintes unidades orgânicas:

- Divisão de Administração e Modernização, cuja área de competência técnica abrange o controlo de processos, apoio técnico, monitorização e acompanhamento do SIADAP 1, 2 e 3; coordenação da aplicação de métodos e instrumentos de análise e apreciação da qualidade dos serviços prestados; controlo e gestão da execução orçamental das diversas áreas de intervenção da DAM; coordenação da desmaterialização e simplificação de métodos e processos de trabalho;
- Divisão de Ordenamento do Território, cuja área de competência técnica abrange o controlo de processos, atendimento e apoio administrativo da área do urbanismo.

Em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que procede à adaptação à administração local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, o júri de recrutamento é designado por deliberação da assembleia municipal, sob proposta da Câmara Municipal, e é composto por um presidente e dois vogais.

Nos termos da lei, o presidente é designado de entre personalidades de reconhecidos mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal. Os vogais, são designados de entre personalidades de reconhecidos mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, cuja atividade seja ou tenha sido exercida preferencialmente na área dos recursos humanos ou da administração local autárquica (n.ºs 2 e 3 do citado artigo 13.º).

De forma a encetar todos os procedimentos inerentes à nomeação do júri pela Assembleia Municipal, solicitámos a colaboração do Instituto Politécnico de Leiria e da Câmara Municipal de Leiria, na designação de personalidades que cumpram com os requisitos legalmente impostos, para que façam parte do júri dos procedimentos de recrutamento destinados à escolha de titular de cargo dirigente.

Reunidos que estão todos os pressupostos essenciais à composição do júri propõe-se, nos termos do disposto na r) do n.º 1 do artigo 53.º, e da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, conjugados com o n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, **que a Câmara Municipal delibere no**

sentido de apresentar à Assembleia Municipal, para designação, do júri de recrutamento dos procedimentos concursais já identificados, as seguintes personalidades:

- Procedimento concursal tendente ao provimento do cargo de Chefe da Divisão Financeira e de Tecnologias de Informação

Presidente – Sr. Doutor José Luís Pereira Martins, Professor Adjunto da Escola Superior de Tecnologia e Gestão, integrada no Instituto Politécnico de Leiria;

Vogais – Sr. Dr. Leandro Miguel Gomes Sousa, Chefe da Divisão Financeira da Câmara Municipal de Leiria e Sr.ª Dr.ª Inês Maria dos Santos Pinto Marrazes, Chefe da Divisão de Ordenamento do Território desta Câmara Municipal, em regime de substituição.

- Procedimento concursal tendente ao provimento do cargo de Chefe da Divisão de Administração e Modernização

Presidente – Sr. Doutor Carlos Manuel Gomes da Silva, Professor Coordenador da Escola Superior de Tecnologia e Gestão, integrada no Instituto Politécnico de Leiria;

Vogais – Sr.ª Dr.ª Maria Leonor Silva Correia Lourenço, Chefe da Divisão Jurídica e Administrativa da Câmara Municipal de Leiria, em regime de substituição, e Sr.ª Eng.ª Susana Cristina Martins da Silva Pinto, Chefe da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos desta Câmara Municipal, em regime de substituição.

- Procedimento concursal tendente ao provimento do cargo de Chefe da Divisão Jurídica e de Comunicação

Presidente – Sr.ª Doutora Ana Isabel Lambelho Costa, Professora Adjunta da Escola Superior de Tecnologia e Gestão, integrada no Instituto Politécnico de Leiria;

Vogais – Sr.ª Dr.ª Maria Leonor Silva Correia Lourenço, Chefe da Divisão Jurídica e Administrativa da Câmara Municipal de Leiria, em regime de substituição, e Sr.ª Dr.ª Sandra Maria Felizardo de Oliveira e Paiva Cunha da Cruz, Chefe da Divisão Financeira e de Tecnologias de Informação desta Câmara Municipal, em regime de substituição.

- Procedimento concursal tendente ao provimento do cargo de Chefe da Divisão de Ordenamento do Território

Presidente – Sr. Mestre Ricardo José Leal Duarte, Professor Equiparado a Assistente da Escola Superior de Tecnologia e Gestão, integrada no Instituto Politécnico de Leiria;

Vogais – Sr.ª Dr.ª Sandra Isabel Cadima Carreira Albuquerque, Chefe da Divisão de Planeamento, Ordenamento e Estratégia Territorial da Câmara Municipal de Leiria, em regime de substituição, e Sr. Dr. Miguel Ângelo Oliveira Crespo, Chefe da Divisão Jurídica e de Comunicação desta Câmara Municipal, em regime de substituição.

- Procedimento concursal tendente ao provimento do cargo de Chefe da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento

Presidente – Sr.^a Doutora Elisabete Fernanda Mendes Duarte, Professora Coordenadora da Escola Superior de Tecnologia e Gestão, integrada no Instituto Politécnico de Leiria;

Vogais – Sr. Dr. Paulo Manuel Ferreira Guarda Felício, Chefe da Divisão de Juventude e Educação da Câmara Municipal de Leiria, em regime de substituição, e Sr.^a Dr.^a Lina Fernanda Vieira Frazão, Chefe da Divisão de Administração e Modernização desta Câmara Municipal, em regime de substituição.

- Procedimento concursal tendente ao provimento do cargo de Chefe da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos

Presidente – Sr. Doutor Florindo José Mendes Gaspar, Professor Adjunto da Escola Superior de Tecnologia e Gestão, integrada no Instituto Politécnico de Leiria;

Vogais – Sr. Arqt.^o Fernando Santos Almeida, Diretor do Departamento de Infraestruturas e Manutenção da Câmara Municipal de Leiria, em regime de substituição, e Sr. Dr. Pedro Nuno Jerónimo Gonçalves, Chefe da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento desta Câmara Municipal, em regime de substituição.

- Procedimento concursal tendente ao provimento do cargo de Chefe de Unidade na Divisão de Administração e Modernização

Presidente – Sr.^a Dr.^a Maria Leonor Silva Correia Lourenço, Chefe da Divisão Jurídica e Administrativa da Câmara Municipal de Leiria, em regime de substituição;

Vogais – Sr. Eng.^o Nuno Miguel Pedrosa Cruz Monteiro, Chefe da Divisão de Informática da Câmara Municipal de Leiria, em regime de substituição, e Sr.^a Dr.^a Lina Fernanda Vieira Frazão, Chefe da Divisão de Administração e Modernização desta Câmara Municipal, em regime de substituição.

- Procedimento concursal tendente ao provimento do cargo de Chefe de Unidade na Divisão de Ordenamento do Território

Presidente – Sr.^a Eng.^a Maria Fernanda Rodrigues Guapo, Diretora do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Leiria, em regime de substituição;

Vogais – Sr.^a Dr.^a Sandra Isabel Cadima Carreira Albuquerque, Chefe da Divisão de Planeamento, Ordenamento e Estratégia Territorial da Câmara Municipal de Leiria, em regime de substituição, e Sr.^a Dr.^a Inês Maria dos Santos Pinto Marrazes, Chefe da Divisão de Ordenamento do Território desta Câmara Municipal, em regime de substituição.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
07/02/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 3

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

93 - Por último a Câmara, usando a faculdade que lhe confere o n.º 3 do art.º 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 12:15 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do art.º 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

O Presidente

A Secretária da reunião